

Daniel Amorim Assumpção Neves

APELAÇÃO

2024



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo
Tel: (11) 3582.5757
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Luiz Fernando Romeu (lfnando_38@hotmail.com)

Capa: Maitê Coelho (maitescoelho@yahoo.com.br)

N518a Neves, Daniel Amorim Assumpção
Apelação/Daniel Amorim Assumpção Neves – São Paulo: Editora JusPodivm, 2024.

400 p.

ISBN: 978-85-442-5164-5

1. Direito processual Civil. 2. Apelação. I. Neves, Daniel Amorim Assumpção. II. Título.

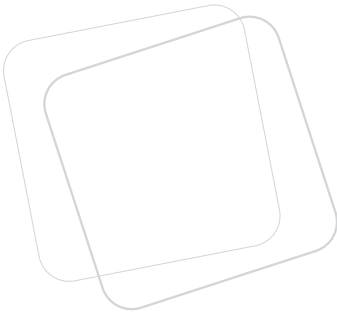
CDD 341.46

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. CABIMENTO..... | 19 |
| 1.1. Introdução | 20 |
| 1.1.1. Cabimento Contra Sentença | 21 |
| 1.1.1.1. Conceito de sentença..... | 21 |
| 1.1.1.2. Dificuldades Concretas na Distinção entre Decisão Interlocutória e Sentença..... | 25 |
| 1.1.1.2.1. Decisão Ilíquida | 25 |
| 1.1.1.2.2. Procedimentos Especiais..... | 28 |
| 1.1.2. Cabimento Contra Sentença | 31 |
| 1.1.2.1. Introdução | 31 |
| 1.1.2.2. Recurso Ordinário Constitucional..... | 32 |
| 1.1.2.3. Embargos Infringentes | 34 |
| 1.1.2.4. Recurso Inominado | 36 |
| 1.1.2.5. São Justificáveis as Exceções Legais ao Cabimento de Apelação contra Sentença? | 39 |
| 1.1.3. Cabimento contra Decisão Interlocutória | 41 |
| 1.1.3.1. Introdução | 41 |
| 1.1.3.2. Decisões Interlocutórias Recorríveis por Agravo de Instrumento..... | 41 |
| 1.1.3.2.1. Rol Legal..... | 41 |
| 1.1.3.2.2. Decisões Interlocutórias previstas fora do art. 1.015 do CPC | 42 |
| 1.1.3.2.3. Decisões Interlocutórias previstas no art. 1.015 do CPC | 43 |
| 1.1.3.2.3.1. Tutela provisória | 43 |

| | | |
|---------------|--|----|
| 1.1.3.2.3.2. | Decisões de mérito | 44 |
| 1.1.3.2.3.3. | Rejeição da alegação de convenção de arbitragem | 45 |
| 1.1.3.2.3.4. | Incidente de desconsideração da personalidade jurídica | 46 |
| 1.1.3.2.3.5. | Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação | 48 |
| 1.1.3.2.3.6. | Exibição ou posse de documento ou coisa..... | 49 |
| 1.1.3.2.3.7. | Exclusão de litisconsorte | 50 |
| 1.1.3.2.3.8. | Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio..... | 51 |
| 1.1.3.2.3.9. | Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros | 52 |
| 1.1.3.2.3.10. | Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução..... | 52 |
| 1.1.3.2.3.11. | Redistribuição do ônus da prova..... | 53 |
| 1.1.3.2.3.12. | Processos e procedimentos “retrôs” | 54 |
| 1.1.3.2.3.13. | “Taxatividade mitigada” | 55 |
| 1.1.3.3. | Decisões Interlocutórias Recorríveis por Apelação ou Contrarrazões de Apelação | 56 |
| 1.1.3.3.1. | Introdução | 56 |
| 1.1.3.3.2. | Interposição de Apelação Para Impugnar a Sentença e a Decisão Interlocutória..... | 56 |
| 1.1.3.3.3. | Apelação apenas para Impugnar Decisão Interlocutória | 59 |
| 1.1.3.3.4. | Recorribilidade de Decisão Interlocutória em Contrarrazões..... | 63 |
| 1.1.3.3.5. | Há Uma Escolha da Parte em Apelar ou Impugnar da Decisão Interlocutória em Contrarrazões?..... | 67 |
| 1.1.3.3.6. | A Condicionalidade do Julgamento da Pretensão Recursal Contida nas Contrarrazões e a Desistência de Má-Fé da Apelação..... | 70 |
| 1.1.3.3.7. | O art. 1.009, § 1º, do CPC e a Apelação Adesiva.. | 75 |
| 1.1.3.3.7.1. | Introdução | 75 |

| | | |
|--------------|---|-----------|
| 1.1.3.3.7.2. | Impugnação de decisão interlocutória em contrarrazões de apelação principal e/ou em apelação adesiva..... | 75 |
| 1.1.3.3.7.3. | Impugnação de decisão interlocutória em contrarrazões de recurso adesivo..... | 80 |
| 1.1.2.3.8. | Preclusão Temporal e Impugnação da Decisão Interlocutória nos Termos do art. 1.009, § 1º, do CPC | 83 |
| 1.1.3.3.9. | Não Interposição de Agravo de Instrumento em Hipótese de Cabimento de tal Recurso..... | 85 |
| 1.1.3.3.10. | Sentença Objetivamente Complexa | 87 |
| 1.1.3.3.11. | Julgamento Antecipado do Mérito | 89 |
| 2. | PROCEDIMENTO..... | 95 |
| 2.1. | Tempestividade..... | 95 |
| 2.1.1. | Termo Inicial..... | 95 |
| 2.1.2. | Prazo..... | 99 |
| 2.1.3. | Perigos Gerados pelos Embargos de Declaração | 101 |
| 2.2. | Interposição..... | 104 |
| 2.2.1. | Peça ou Peças de Interposição..... | 104 |
| 2.2.2. | Requisitos Formais..... | 105 |
| 2.2.2.1. | Introdução | 105 |
| 2.2.2.2. | Nomes e Qualificação das Partes..... | 105 |
| 2.2.2.3. | Exposição do Fato e do Direito | 110 |
| 2.2.2.4. | Razões do Pedido de Reforma ou de Decretação de Nulidade..... | 112 |
| 2.2.2.4.1. | Introdução | 112 |
| 2.2.2.4.2. | Fundamentos recursais..... | 112 |
| 2.2.2.4.1. | Extensão do efeito devolutivo (art. 1.013, § 3º, caput, do CPC) | 115 |
| 2.2.2.4.2. | Impugnação específica dos fundamentos da sentença (e da decisão interlocutória não agravável)..... | 118 |

| | |
|--|-----|
| 2.2.2.5. Pedido de Nova Decisão..... | 120 |
| 2.2.3. Intimação do Apelado..... | 127 |
| 2.2.4. Contrarrazões de Apelação..... | 129 |
| 2.2.5. Apelação Adesiva..... | 132 |
| 2.2.6. Réplica Recursal: Injustificável Omissão Legislativa..... | 133 |
| 2.2.7. Juízo de Retratação..... | 136 |
| 2.2.8. Remessa dos Autos ao Tribunal..... | 139 |
| 2.2.10. Questões Novas..... | 142 |
| 2.2.10.1. Introdução..... | 142 |
| 2.2.10.2. Requisitos..... | 144 |
| 2.2.10.3. Procedimento..... | 146 |
| 2.2.10.4. Impugnação da Decisão Interlocutória..... | 151 |
| 2.2.10.5. Fatos Conhecíveis de Ofício..... | 151 |
| 2.2.10.6. Prova Nova em Sede de Apelação..... | 152 |
| 2.2.11. Procedimento no Tribunal..... | 154 |
| 2.2.11.1. Distribuição..... | 154 |
| 2.2.11.1.1. Introdução..... | 154 |
| 2.2.11.1.2. Regras..... | 155 |
| 2.2.11.1.3. “Distribuição” por Prevenção..... | 156 |
| 2.2.11.2. Julgamento Monocrático..... | 158 |
| 2.2.11.2.1. Introdução..... | 158 |
| 2.2.11.2.2. Inadmissão..... | 159 |
| 2.2.11.2.3. Julgamento do Mérito..... | 165 |
| 2.2.11.3. Atos Preparatórios do Julgamento Colegiado..... | 170 |
| 2.2.11.3.1. Preparação do Voto e Pedido para Julgamento...170 | |
| 2.2.11.4. Sessão de Julgamento..... | 171 |
| 2.2.11.4.1. Sustentação Oral..... | 171 |
| 2.2.11.4.2. Ordem..... | 174 |
| 2.2.11.4.3. Prazo..... | 175 |
| 2.2.11.4.4. Conteúdo..... | 179 |

| | |
|---|------------|
| 2.2.11.4.5. Forma..... | 184 |
| 2.3. Julgamento Estendido | 186 |
| 2.3.1. Natureza jurídica | 186 |
| 2.3.2. Cabimento..... | 189 |
| 2.3.3. Objeto de Cognição e Decisão a Partir da Formação do Quórum Qualificado | 195 |
| 2.3.4. Procedimento | 200 |
| 2.3.4.1. Momento de Instauração do Julgamento | 200 |
| 2.3.4.2. Julgamento Estendido na Própria Sessão | 202 |
| 2.3.4.3. Julgamento Estendido em outra Sessão..... | 208 |
| 2.3.4.4. Convocação dos Novos Julgadores..... | 210 |
| 3. LITISCONSÓRCIO | 213 |
| 3.1. Introdução | 213 |
| 3.2. Efeito Expansivo Subjetivo..... | 214 |
| 3.2.1. Introdução | 214 |
| 3.2.2. Melhora na Situação do Litisconsorte que não recorreu | 215 |
| 3.2.3. Piora na situação do Litisconsorte que não apelou..... | 220 |
| 3.2.4. Efeito expansivo Subjetivo e Pluralidade de Recursos.... | 223 |
| 3.3. Prazo..... | 227 |
| 3.3.1. Prazo em Dobro previsto no art. 229 do CPC | 227 |
| 3.3.2. Prazo em Dobro na Apelação e a Súmula 641 do STF... | 228 |
| 3.3.3. Prazo em Dobro da Apelação e Ausência de Defesa de um dos Réus | 230 |
| 3.4. Apelação Interposta por apenas um dos Litisconsortes e Prática de Atos pelo Litisconsorte não Apelante..... | 231 |
| 3.4.1. Aderência à Apelação Interposta por Litisconsorte..... | 231 |
| 3.4.2. Complementaridade..... | 233 |
| 3.4.3. Entrega de Memoriais e Despacho como os Desembar- gadores | 237 |
| 3.4.4. Sustentação Oral..... | 238 |

| | |
|---|------------|
| 3.4.5. Interposição de Embargos de Declaração do Julgamento da Apelação | 240 |
| 3.4.6. Agravo Interno contra Decisão Monocrática da Apelação..... | 241 |
| 4. EFEITO SUSPENSIVO DA APELAÇÃO | 245 |
| 4.1. Introdução | 245 |
| 4.2. Espécies de Efeito Suspensivo | 248 |
| 4.2.1. Efeito Suspensivo Próprio (ope legis)..... | 248 |
| 4.2.2. Efeito Suspensivo Impróprio (ope iudicis)..... | 252 |
| 4.3. Realidade na Apelação..... | 253 |
| 4.3.1. Introdução | 253 |
| 4.3.1.1. Apelação sem Efeito Suspensivo no CPC..... | 254 |
| 4.3.1.1.1. Sentença que homologa divisão ou demarcação de terras | 254 |
| 4.3.1.1.2. Sentença que condena a pagar alimentos | 255 |
| 4.3.1.1.3. Sentença que extingue sem resolução de mérito ou julga improcedentes os embargos do executado..... | 259 |
| 4.3.1.1.4. Sentença que julga procedente o pedido de instituição de arbitragem..... | 262 |
| 4.3.1.1.5. Sentença que confirma, concede ou revoga tutela provisória..... | 262 |
| 4.3.1.1.6. Sentença que decreta a interdição | 267 |
| 4.3.1.1.7. Ação monitória..... | 269 |
| 4.3.1.2. Apelação sem Efeito Suspensivo em Legislação Extravagante | 270 |
| 4.3.1.2.1. Introdução | 270 |
| 4.3.1.2.2. Ações constitucionais | 272 |
| 4.3.1.2.3. Ações locatícias | 274 |
| 4.3.1.2.4. Processo coletivo..... | 275 |
| 4.3.1.2.4.1. Ação civil pública | 275 |
| 4.3.1.2.4.2. Ação popular | 279 |

| | |
|---|------------|
| 4.3.2.1.5. Ação de improbidade administrativa | 281 |
| 4.3.2. Requisitos para a Obtenção do Efeito Suspensivo na Apelação | 283 |
| 4.3.2.1. Tutela da Evidência..... | 283 |
| 4.3.2.2. Tutela de Urgência | 286 |
| 4.3.2.2.1. Introdução | 286 |
| 4.3.2.2.2. Risco de dano grave ou de difícil reparação | 287 |
| 4.3.2.2.3. Demonstração de probabilidade de provimen- to do recurso | 290 |
| 4.3.3. Procedimento para a Obtenção do Efeito Suspensivo | 298 |
| 4.4. Efeito Suspensivo Parcial..... | 304 |
| 4.5. Irrelevância do Efeito Suspensivo | 307 |
| 4.5.1. Efeitos Secundários da Sentença | 307 |
| 4.5.2. Geração de Efeitos Condicionados ao Trânsito em Jul- gado | 311 |
| | |
| 5. ATIVIDADE DESENVOLVIDA DE OFÍCIO NO JULGAMENTO DA APELAÇÃO..... | 315 |
| 5.1. Introdução | 315 |
| 5.2. Juízo de admissibilidade | 317 |
| 5.2.1. Introdução | 317 |
| 5.2.2. Causas de Inadmissão da Apelação..... | 317 |
| 5.2.3. Natureza Jurídica do Juízo de Admissibilidade..... | 318 |
| 5.2.4. Necessidade de Respeito ao Contraditório..... | 319 |
| 5.3. Profundidade do efeito devolutivo | 321 |
| 5.3.1. Introdução | 321 |
| 5.3.2. Objeto da Profundidade da Devolução..... | 321 |
| 5.3.3. Devolução de Questões Suscitadas e Discutidas no Processo..... | 322 |
| 5.3.4. Devolução de Fundamentos do Pedido e da Defesa..... | 326 |
| 5.3.5. Efeito Devolutivo e Cumulação de Pedidos..... | 329 |

| | |
|--|------------|
| 5.3.6. No Sistema atual é quase Irrelevante a causa de pedir recursal? | 332 |
| 5.4. Efeito Translativo | 337 |
| 5.4.1. Introdução | 337 |
| 5.4.2. Objeto do Efeito Translativo | 339 |
| 5.4.3. Contraditório..... | 342 |
| 5.5. Efeito Expansivo..... | 343 |
| 5.5.1. Introdução | 343 |
| 5.5.2. Efeito Expansivo Objetivo Interno..... | 348 |
| 5.5.3. Efeito Expansivo Objetivo Integrativo..... | 351 |
| 5.6. Teoria da Causa Madura | 354 |
| 5.6.1. Introdução | 354 |
| 5.6.2. Hipóteses de Cabimento..... | 357 |
| 5.6.2.1. Sentença terminativa | 357 |
| 5.6.2.2. Sentença <i>extra petita</i> e <i>extra causa petendi</i> | 360 |
| 5.6.3.3. Sentença <i>citra petita</i> | 363 |
| 5.6.2.4. Sentença não fundamentada..... | 367 |
| 5.6.2.5. Efeito Recursal..... | 368 |
| 5.6.2.6. <i>Reformatio in pejus</i> | 371 |
| 5.6.2.7. Necessidade de Pedido do Apelante..... | 375 |
| 5.6.2.8. Contraditório | 378 |
| 5.6.2.9. Rol Exemplificativo ou Exauriente?..... | 381 |
| REFERÊNCIAS | 385 |